

**REUNIÃO DE CONSELHO  
25 DE OUTUBRO DE 2013  
SALA DE REUNIÕES  
LORENA FLAT  
SÃO PAULO – SP**

No dia 25 do mês de outubro de 2013 (25/10/2013) realizou-se mais uma reunião do Conselho da Sociedade Brasileira de Física – SBF, com início às 9h30, na sala de reuniões do Lorena Flat, São Paulo, SP, sob a presidência do Prof. Ricardo Magnus Osório Galvão (Presidente) e secretariada pelo Prof. Vanderlei Salvador Bagnato (Secretário-Geral). Estavam presentes os membros do Conselho Prof. Adalberto Fazzio, Prof. Caio Henrique Lewenkopf, Prof. Alberto Saa, Prof. Sergio Barbosa Duarte, Prof. José David Manguera Viana, Prof. Sergio Machado Rezende, Prof. Constantino Tsallis, Prof. Paulo Alberto Nussenzveig, Prof. Luis Carlos Bassalo Crispino, Prof. Mikiya Muramatsu e Prof. João Antonio Plascak. Estavam também presentes os membros da Diretoria Profa. Belita Koiller (Vice-Presidente), Prof. Ivo Alexandre Hümmelgen (Secretário), Profa. Lúcia Helena Sasseron Roberto (Secretária de Ensino) e o Prof. Celso Pinto de Melo como convidado do Presidente. O Presidente inicia a reunião e dá conhecimento da pauta, a saber: 1) Aprovação da ata da reunião anterior, realizada no dia 24 de julho de 2013; 2) Comunicados da Diretoria; 3) Comunicados dos Conselheiros; 4) Comissões da SBF; 5) Planejamento das reuniões científicas da SBF; 6) Olimpíada Brasileira de Física – OBF; 7) Rediscussão da associação com FEIASOFI e FELASOFI; 8) Discussão sobre a implantação do Instituto Brasileiro de Física – IBF e 9) Encerramento. O Presidente passa ao item 1) da pauta, e coloca a ata da reunião anterior em votação. A ata é aprovada com três abstenções. Em seguida o Presidente passa para o item 2) da pauta, comunicados da Diretoria e parabeniza o Conselheiro Constantino Tsallis sobre o seminário de Sistemas Complexos, evento realizado no CBPF em homenagem aos seus 70 anos. Em seguida o Presidente explica a questão do registro do novo estatuto, votado em 2011, e a razão pela qual a relação dos membros votados do Conselho, publicada na página da SBF, está diferente da ata de apuração de julho de 2013. O registro da ata da eleição estava pendente do registro do novo estatuto que, por exigências do novo código civil e do próprio cartório, foi atrasado. Foram contratados advogados para acelerar o processo, que entre outros problemas, impedia que a SBF fizesse suas transações financeiras de praxe. Assim, para adaptação às exigências, foi necessário diminuir o mandato de um dos conselheiros e o Prof. Alberto Saa, após ser

consultado, aceitou reduzir o seu mandato no Conselho para dois anos. Neste momento o Prof. Alberto Saa pede a palavra e confirma o relato do Presidente. Em seguida, o Presidente, ainda dentro do item 2) da pauta, faz o relato do programa de Mestrado Profissional (MNPEF) dizendo que foram feitos contatos com a CAPES para obtenção dos recursos e informando que houve uma reunião em Brasília sobre a proposta orçamentária e que como resultado haverá bolsas para todos que forem professores na rede pública. Neste momento chegam o Conselheiro Sergio Rezende e o Secretário-Geral Prof. Vanderlei Bagnato. O Presidente continua seu relato sobre o programa de Mestrado confirmando que a SBF será responsável pelo orçamento das bolsas, pois é a gestora do programa e responsável por sua parte acadêmica. O Presidente continua e informa que a Profa. Deise Miranda Vianna foi convidada e aceitou ser a pró-reitora do programa. O Presidente dá continuidade ao item 2) da pauta e fala sobre as publicações da SBF, a “Revista Brasileira de Ensino de Física” (RBEF) e “Física na Escola” (FnE) e pede que a Profa. Lúcia Helena Sasseron, Secretária de Ensino da SBF, relate. A Profa. Lúcia Helena começa comentando sobre a resolução do MEC que retira o ensino de Física do Ensino Médio, explicando que um único professor assumiria o ensino das ciências da natureza. O Conselheiro Alberto Saa comenta que isto causaria um esvaziamento do conteúdo. Neste momento o Conselheiro Luis Carlos Crispino solicita que se inclua na pauta a questão do conteúdo do ensino de física no Ensino Médio. Diz também que gostaria que a SBF se manifestasse sobre o assunto. O Presidente comenta que em um “workshop” mais questões poderiam ser colocadas e o Prof. Vanderlei Bagnato sugere que se organize uma reunião com os responsáveis no MEC quando as mudanças poderiam ser esclarecidas. O Presidente propõe, então, que a Profa. Lúcia Helena traga uma proposta para que a SBF possa se manifestar em relação ao assunto. Neste momento o Conselheiro Adalberto Fazzio se manifesta dizendo, que quando a SBF tiver uma posição mais sólida sobre a questão, deveria solicitar uma audiência no MEC para esclarecimentos e também deveria preparar uma discussão para ser apresentada ao Ministro. Em seguida o Presidente retoma o assunto das publicações e fala sobre a “Física na Escola” - FnE dizendo que a estratégia para o financiamento das edições da revista foi propor às Secretarias Estaduais de Ensino que comprassem a revista e a distribuísse entre os professores da rede. O Presidente pede aos Conselheiros que considerem esta possibilidade junto às Secretarias de Educação de seus estados. A Profa. Lúcia Helena confirma que todos os esforços têm sido feitos no sentido de não interromper a publicação da

FnE. O Conselheiro Sérgio Duarte comenta que a publicação dos trabalhos finais do MNPEF na revista poderia trazer recursos da CAPES. Em seguida, o Presidente, ainda dentro do item 2) da pauta, informa que com o auxílio do contador e auditor independentes, que prestam serviços a SBF, todos os erros do balancete foram corrigidos e coloca em votação que R\$ 300.000,00 de despesas sem comprovantes possam entrar na conta “despesas de gestões anteriores”. O Conselheiro Sergio Rezende pergunta o motivo e o Presidente explica que a SBF não pode pagar diárias, o que configura remuneração, e por este motivo muitos dos recibos não puderam ser justificados. Como havia necessidade de fechar o balancete esta foi a forma mais correta encontrada e de acordo com a orientação do contador e do auditor. Os conselheiros concordam. Em seguida o Presidente comenta sobre a situação da regulamentação da profissão de físico informando que o Prof. Amando Ito, Presidente da Comissão de Acompanhamento da Profissão de Físico, mandou um relato das ações tomadas ao longo do ano, incluindo uma reunião realizada em Brasília há pouco tempo. O Prof. Amando Ito acredita que o processo não terá continuidade, já que a Casa Civil não se mostra favorável a novas regulamentações e, sendo assim, somente um argumento muito convincente para reverter o processo. O Conselheiro Adalberto Fazzio comenta que existe um lobby de professores que acham que sem a regulamentação não poderão continuar dando aulas. O Conselheiro continua e comenta que a preocupação da Casa Civil é, sobretudo, com a formação de novos conselhos profissionais. Ainda dentro do item 2) da pauta, o Presidente faz o relato da situação do prêmio José Leite Lopes de melhor tese de doutoramento, informando que a comissão já terminou o julgamento das teses e que o nome dos ganhadores se encontra na página da SBF. O Presidente comenta que a comissão lhe enviou uma recomendação, sugerindo que fossem oferecidos dois prêmios anuais, um em Física Teórica e outro em Física Experimental. Os Conselheiros, no entanto, não concordam com a sugestão e decidem que as normas atuais sejam mantidas. Em seguida a Vice-Presidente, Profa. Belita Koiller comunica que esteve em dois eventos representando a SBF – “Encontro de Mulheres” – realizado no CBPF no Rio de Janeiro, e uma sessão pública no CNE sobre as regras do programa “Ciências sem Fronteiras”. A Profa. Belita Koiller sugere que se avalie a possibilidade da SBF apoiar o programa. O Presidente comenta que uma das razões da ida da Profa. Belita à sessão no CNE foi verificar o efeito do programa sobre os alunos e acha que a SBF deve se manifestar publicando as avaliações feitas pelos alunos de física. O Prof. Vanderlei Bagnato comenta que os alunos

brasileiros na sua maioria, apenas cursam disciplinas no exterior, sem nenhuma atividade de iniciação científica, e lembra também a existência da barreira da língua. A propósito, o Conselheiro Alberto Saa comenta que muitos alunos da UNICAMP estão fora fazendo somente cursos de inglês. O Prof. Bagnato comenta que o programa tem funcionado muito bem para aqueles alunos que estão em bolsa sanduíche. O Conselheiro Mikyia Muramatsu pergunta quais são as áreas mais procuradas. O Presidente comenta que a SBF deverá fazer um levantamento sobre a eficácia do programa junto aos alunos de física. O Conselheiro Constantino Tsallis pergunta como se faz a aprovação dos alunos, pois muitos não poderão ter seus cursos reconhecidos aqui no Brasil. O Conselheiro Caio Lewenkopf comenta que os primeiros alunos que voltaram reportaram uma grande complexidade quanto às cargas horárias e cursos. O Conselheiro Constantino Tsallis comenta que os alunos devem procurar boas instituições onde o nível de exigência é maior e as notas poderiam ser válidas no Brasil. Em seguida, ainda dentro do item 2) da pauta, o Secretário Geral, Prof. Vanderlei Bagnato propõe novas categorias de sócios, entre elas a categoria “mirim” destinada aos alunos do ensino médio e “mestre”, para professores das escolas e a criação de eventos específicos para eles. A Profa. Lúcia Helena, Secretária de Ensino, comenta que acha interessante esta última categoria e que R\$ 100,00 seria um preço justo de anuidade. O Conselheiro David Viana comenta que a categoria “mestre” já está contemplada no estatuto. O Prof. Bagnato continua e comenta que o curso on line de física tem muitos alunos e que a SBF deveria contribuir apoiando de forma explícita as iniciativas destes cursos, MOOC, na sigla em inglês. Os Conselheiros comentam que a idéia de criar novas categorias é interessante, mas como é uma questão estatutária, implicaria em mudança de estatuto. Ainda nos comunicados da Diretoria, o Prof. Ivo Hümmelgen, secretário, dá as informações mais atualizadas sobre o seguro saúde. Em continuação, a Profa. Belita Koiller fornece informações atualizadas sobre o boletim, indicando a criação de duas novas sessões, “destaques” e “opinião” e pede aos Conselheiros que sugiram temas para esta última. O Presidente comenta que tem recebido bons comentários sobre os “destaques”. O Presidente continua e passa para o item 3) da pauta, informes dos Conselheiros, e passa a palavra ao Conselheiro Luis Carlos Crispino que faz um relato atualizado das ações e projetos em andamento do programa PLAF. O Conselheiro Mikyia Muramatsu comenta que é importante manter a continuidade do programa através da publicação dos trabalhos. O Conselheiro Luis Carlos Crispino comenta que ainda não há uma avaliação sobre o programa, pois

ele está apenas começando. A Profa. Belita Koiller pergunta se este está integrado ao CLAF e o Presidente responde que não. O Conselheiro Alberto Saa comenta que participou de reuniões no CLAF e que esta instituição gostaria de ter uma maior ingerência no PLAF, o que não seria possível. O Conselheiro Adalberto Fazzio concorda e diz que o PLAF deve manter a sua própria dinâmica sem interferência do CLAF. O Presidente comenta que o CLAF é um acordo internacional o que obriga o Brasil a instalá-lo em alguma instituição brasileira, e neste caso, a instituição escolhida foi o CBPF. Os Conselheiros fazem algumas considerações sobre o assunto e o Conselheiro Sergio Rezende comenta que o CLAF foi importante quando a Física brasileira era ainda incipiente, mas que hoje o CLAF é importante para os países da América do Sul. Ainda no item 3) comunicado dos Conselheiros, o Conselheiro Constantino Tsallis questiona que na equação auditoria versus ciência, a primeira vem sendo privilegiada quando da prestação de contas dos projetos e todas as agências brasileiras de fomento vêm agindo da mesma forma o que na sua opinião não é um bom caminho. Em seguida o Conselheiro Sergio Duarte comunica a homenagem feita ao Prof. Kodama. O Presidente prossegue e passa para o item 4) da pauta, comissões da SBF, divididas em comissões do Conselho, da Diretoria e estatutárias. O Presidente comenta que a Comissão Nuclear teve bastante sucesso em suas recomendações quanto à criação de uma agência reguladora e que na gestão passada ela foi destituída e em seu lugar criou-se uma Comissão de Energia. O Presidente lista as comissões da seguinte forma: a) as estatutárias, comissão editorial, de admissão, de ensino e de reuniões que não podem ser extintas, b) do Conselho, tais como a Comissão de Gênero, e pergunta aos Conselheiros se ela deve ser mantida. Alguns respondem que não e o Prof. Bagnato diz que para as discussões sobre questões de gênero, não há necessidade de uma comissão, mas da formação de um grupo de trabalho. Fica decidido que as Comissões Fiscal e de Ética, também do conselho, serão mantidas. A Comissão de Benefícios é extinta. As comissões da Diretoria, de Energia e Espacial também são extintas. Quanto à Comissão de Gênero, a Profa. Belita Koiller sugere uma consulta aos seus membros antes de tomar uma decisão, visto que a Conselheira Márcia Barbosa não está presente à reunião. Após a discussão sobre a manutenção ou não das diversas comissões é decidido a favor da manutenção da Comissão Fiscal, o Conselheiro David Viana apresenta o regimento da mesma e explica o seu funcionamento. O Presidente continua e segue para o item 5) da pauta, Planejamento das Reuniões da SBF e pede ao Secretário-Geral, Prof. Bagnato, que relate. O Secretário-Geral começa a exposição dizendo que

a SBF fica com 100% das inscrições para que os encontros do calendário da SBF possam ser organizados com segurança. Para encontros eventuais a SBF pode fornecer a divulgação e negociar o apoio. O Prof. Bagnato comenta que a comunidade está insatisfeita com a forma atual dos eventos regulares e faz algumas sugestões para sua atualização: os sócios receberiam, anualmente, a programação dos eventos juntamente com uma “bolsa de eventos”, como brinde; atualização e revisão das escolas Swieca; realização do Encontro Nacional de Física da Matéria Condensada a cada dois anos e nos intervalos encontros temáticos da área; criação de um fundo de eventos; escolha dos coordenadores feita com um ano de antecedência. Por fim, o Prof. Bagnato sugere que a SBF adquira uma infra-estrutura para apoio de eventos. Após a apresentação das sugestões alguns Conselheiros fazem comentários. O Conselheiro Sergio Rezende não concorda que o Encontro de Matéria Condensada seja bianual. O Conselheiro Constantino Tsallis comenta que a Física Estatística deve participar sistematicamente dos encontros da Matéria Condensada. O Conselheiro Adalberto Fazzio concorda que os coordenadores não devem ser escolhidos nas assembléias e comenta que os Encontros de Matéria Condensada devem continuar a ser realizados anualmente. O Conselheiro Luis Carlos Crispino diz que o número de eventos da SBF é grande e que os alunos só conseguem participar de um por ano. Ele também comenta que há pouco apoio aos estudantes e acha que a aquisição de infra-estrutura pela SBF é um pouco complicada. O Conselheiro Sergio Duarte sugere que se faça um apanhado geral dos eventos e que se leve às Comissões de Área. O Presidente comenta que a área de Biofísica parece não ter mais interesse em participar do Encontro de Matéria Condensada. O Conselheiro Mikiya Muramatsu comenta, citando o SNEF, que o valor total das inscrições fica para a SBF. Outros Conselheiros comentam que a aquisição de equipamentos seria interessante para pequenos eventos, mas para os grandes eventos haveria problemas de transporte e logística. O Conselheiro João Plascak diz que a Física Estatística gostaria de fazer um evento próprio, se este puder ser inserido no calendário oficial da SBF. O Conselheiro Adalberto Fazzio comenta que deve haver uma preocupação com a atualização e melhoria do Encontro de Matéria Condensada para que este possa ser mantido. Neste momento o Presidente interrompe a reunião para o almoço. Às 14h00 o Presidente recomeça a reunião e agradece a presença do Prof. Celso Pinto de Melo. Com o aval do Conselheiro Adalberto Fazzio e do Prof. Celso Melo, Presidentes das gestões anteriores, e em concordância com a decisão dos Conselheiros tomada durante a manhã, o Presidente

confirma que o balancete será corrigido, passando-se o valor anteriormente citado, relativo a despesas não comprovadas, para a conta “Despesas de Gestões Anteriores”. Encerradas as discussões sobre o item 5) da pauta, o presidente segue para o item 6), Olimpíada Brasileira de Física – OBF e começa citando que o atual coordenador Prof. Euclides Marega quer entregar o cargo e que como até o momento não se encontrou um substituto, ele ficará responsável pelo pedido de recursos ao CNPq. O Presidente comenta que fez alguns convites, mas que não teve retorno positivo. O Conselheiro Alberto Saa comenta que como provavelmente será difícil encontrar-se um novo coordenador a alternativa seria contratar um profissional remunerado. Neste momento o Conselheiro David Viana comenta que os recursos da OBFEP estão garantidos e que ele terá uma reunião como Prof. Aragão para tentar levar alunos ao LNLS. O Presidente passa para o item 8) da pauta, IBF, deixando para discutir o item 7) mais tarde. O Presidente começa expondo sua própria visão sobre o assunto e diz que recebeu uma solicitação por e-mail de alguns conselheiros pedindo que o assunto fosse rediscutido. O Presidente diz que se reuniu com os Profs. Alberto Saa, Antonio Figueiredo e Paulo Nussenzveig para obter mais esclarecimentos sobre a questão. O Presidente continua e diz que entende que o estatuto da SBF não permite algumas atividades remuneradas, e que o Conselho não achou necessário modificá-lo para adequá-las e, comenta, então, que solicitou aos advogados que fizessem uma proposta de estatuto considerando esta nova possibilidade. O Presidente diz que a sua preocupação é com a manutenção da SBF, já que uma de suas receitas é o pagamento de anuidades, o que não representa um grande volume de recursos. O Presidente continua e comenta que em termos formais o IBF é muito semelhante à SBF. Neste momento o Presidente pede ao Prof. Celso Melo que exponha as razões pelas quais a gestão anterior, da qual ele era o Presidente, considerou a criação do IBF. O Prof. Celso Melo diz que a Diretoria anterior se convenceu que este seria o melhor caminho para o futuro da SBF, mas que no momento vê reações mais desfavoráveis do que favoráveis e comenta que talvez este não seja o momento ideal para sua criação. O Prof. Celso Melo continua expondo suas razões, dizendo que, especificamente, na questão do seguro saúde há um problema legal, que necessita de solução. O Prof. Celso Melo continua e comenta que a comunidade talvez não tenha percebido o crescimento da SBF que é atualmente uma sociedade científica complexa e que tem sido inquirida em alguns aspectos legais, e portanto, há necessidade de se recorrer a uma profissionalização. Atualmente, a SBF tem o tamanho de uma

empresa de médio porte, com possíveis problemas legais apontados pelos advogados, tais como ter uma apólice de seguro saúde. A criação do IBF viria para solucionar estes problemas e permitiria que a SBF se dedicasse somente a sua vocação científica. O Prof. Celso Melo comenta que a Diretoria anterior perguntou aos advogados se o IBF poderia ser subordinado à SBF e que a resposta foi positiva. Se criado o IBF terá a grande vantagem de profissionalizar a gestão e será, em cláusula pétrea, sempre subordinada à SBF. Desta forma a Diretoria e Conselho podem se dedicar a fazer política científica. O Prof. Celso Melo continua e diz que existe uma comissão de implantação do IBF, formada pelos Profs. Alberto Saa, Antonio Figueiredo, Adriana Válio (Presidente da SAB) e Gastão Krein. O Prof. Celso Melo diz, ainda, que o IBF seria o “braço empresarial” da SBF. Também informa que para a abertura do IBF havia a necessidade de um sócio e, que a Sociedade Astronômica Brasileira (SAB) aceitou ser este sócio, guardando-se a proporção de associados das duas instituições. O Presidente passa a palavra ao Conselheiro Luis Carlos Crispino que pergunta se o IBF vai resolver o problema que muitos sócios têm com o seguro saúde quando da declaração do Imposto de Renda e o Presidente responde que sim. O Conselheiro Sergio Rezende diz que já havia conversado com o Prof. Celso Melo, e que havia, então, demonstrado sua preocupação face aos problemas enfrentados pelo Instituto Ciência Hoje, onde há disputas, a exemplo do que também acontece em outras sociedades científicas e seus braços empresariais. Neste momento o Presidente passa a palavra ao Conselheiro Alberto Saa, que diz não ter nada a acrescentar aos comentários do Presidente, mas que a SBF e o IBF teriam estatutos diferentes. O estatuto do IBF deve permitir a remuneração de seus dirigentes e o Conselheiro diz que está convencido que a situação ideal é que o IBF seja controlado pela SBF e, que se ele ainda não foi criado é porque não há o convencimento necessário para tal. O Presidente comenta que recebeu mensagens de sócios perguntando de quem seriam as decisões se do Conselho ou da Associação? E, no momento, as perguntas ficaram sem resposta. O Secretário-Geral Vanderlei Bagnato comenta que outras possibilidades deveriam ser exploradas. O Conselheiro Constantino Tsallis diz que uma diretoria remunerada (IBF) outra não (SBF) poderia vir a causar algum tipo de conflito. O Conselheiro Luis Carlos Crispino comenta que o Conselho reconhece a importância da criação do IBF e o Conselheiro Paulo Nussenzveig diz que na reunião de julho de 2013 ela foi aprovada. O Conselheiro Sérgio Duarte diz que frente às diferentes opiniões e novos esclarecimentos ainda gostaria de mais algumas explicações. O

Conselheiro Adalberto Fazzio pergunta se as figuras jurídicas são as mesmas, ao que o Prof. Celso Melo responde que a concepção da idéia foi estudada com cuidado e que talvez o momento ideal para sua criação não seja este, pois ainda há muitas dúvidas e questionamentos e que se houvesse necessidade de se criar outra figura jurídica seria necessário começar novo estudo sobre o assunto. O Conselheiro Paulo Nussenzeig comenta que não participou dos estudos iniciais, mas das reuniões onde se discutiu a criação do IBF e acha que no momento atual pareceres jurídicos formais sobre o assunto seriam importantes. Também comenta que foi convocado para ser o Diretor Pro-Tempore do IBF, tarefa que aceitou e acha interessante que a decisão seja tomada em ocasião futura. O Conselheiro também comenta que aceitou este cargo, sem remuneração, porque acredita que a proposta seja boa e gostaria que as preocupações que levaram ao estudo da criação do IBF fossem mantidas e diz que se o Conselho decidir levar adiante o projeto ele será a favor e comenta que se a decisão for positiva, um estudo mais detalhado deve ser levado à comunidade. Finalmente, pede ao Conselho que não reverta a decisão, mas conceda um tempo maior para um estudo mais detalhado e um prazo mais longo para a tomada de decisão. O Conselheiro Adalberto Fazzio pergunta se a apólice de seguro saúde poderia passar para a responsabilidade do IBF, ao que o Prof. Celso Melo responde que esta pergunta foi feita ao Sr. Newton Siqueira da Corretora Ransom, administradora da apólice da SBF, e este respondeu que a mudança é possível. O Presidente afirma que voltará a conversar com os advogados para maiores esclarecimentos. O Conselheiro Alberto Saa pede que a comissão de acompanhamento atual seja destituída e que a Diretoria faça novos convites. O Conselheiro Caio Lewenkopf comenta que o impedimento no avanço das discussões foi, sobretudo, a questão da governança e concorda que os estudos devem ser retomados. O Conselheiro David Viana comenta que na reunião do Conselho de dezembro de 2012, quando os advogados estiveram presentes, o Conselho achou que o IBF seria um caminho possível. O Presidente comenta que gostou da proposta do Conselheiro Paulo Nussenzeig. O Conselho decide que a atual Diretoria deverá renovar os membros da comissão de acompanhamento para discutir com mais cuidado as novas sugestões. O Presidente retorna ao item 7) da pauta, rediscussão da associação com FEIASOFI e FELASOFI, e comenta que foi decisão do Conselho de não participar de nenhuma das duas. Diz que tem recebidos mensagens do Prof. Humberto Brandi para que a SBF volte a participar, mas devido ao adiantado da hora a decisão ficará para a próxima reunião.

O Presidente pergunta se há mais algum comentário e o Conselheiro Sergio Rezende comenta que a SBF deve fazer um documento sobre a redução do orçamento do MCT&I, na tentativa de fazer com que o Congresso reverta esta situação, e se dispõe a preparar o documento. O Presidente diz que recebeu algumas mensagens sobre o assunto, mas que não conseguiu informações mais detalhadas. O Conselheiro Adalberto Fazzio se propõe a fazer uma carta, em nome do Conselho sobre o assunto. O Presidente concorda que a SBF faça o documento. Não havendo mais assuntos de pauta, o Presidente encerra a reunião às 17h00.

---

Ricardo Magnus Osório Galvão  
Presidente

---

Vanderlei Salvador Bagnato  
Secretário-Geral